

Investimento Social Privado: Percepções das Comunidades Impactadas por Operações de Empreendimentos Minerários

Oswaldo Júlio da Silva Filho e Edméia Maria Ribeiro de Mello

Resumo

Este artigo analisa a importância do Investimento Social Privado como um dos componentes na obtenção da Licença Social para Operar, demonstrando a importância da adoção da gestão social como elemento estruturante das relações entre grandes empreendimentos minerários e comunidades impactadas por eles, a partir das percepções dos moradores do entorno das operações de empreendimentos minerários em Minas Gerais. Fundamentaram as análises os conhecimentos produzidos sobre Licença Social para Operar, Responsabilidade Social Empresarial, Investimento Social Privado e Gestão Social. A metodologia se define como um estudo qualitativo descritivo fruto da pesquisa empírica realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a uma amostragem determinada por saturação da informação. Os dados coletados foram analisados com base na análise de conteúdo de Bardin. Os resultados ressaltam a importância dos elementos da gestão social na realização do investimento social privado cujo impacto está diretamente relacionado a qualidade da relação de aceitação e confiança, bases da Licença Social para Operar.

Palavras-chave

Licença social para operar; gestão social e desenvolvimento local; responsabilidade social empresarial; investimento social privado; impactos da mineração.

Abstract This article analyzes the importance of Private Social Investment as one of the components in obtaining the Social License to Operate, demonstrating the importance of adopting social management as a structuring element in the relationships between large mining enterprises and the communities impacted by them, from the perceptions of residents surrounding mining operations in Minas Gerais. The analysis was based on the knowledge produced on Social License to Operate, Corporate Social Responsibility, Private Social Investment and Social Management. The methodology is defined as a qualitative descriptive study resulting from empirical research carried out through semi-structured interviews, applied to a sample determined by the saturation of information. The collected data were analyzed based on Bardin's content analysis. The results highlight the importance of the elements of social management in carrying out private social investment whose impact is directly related to the quality of the relationship of acceptance and trust, the basis of the Social License to Operate.

Keyword Social license to operate; social management; private social investment; mining impacts; local development.

Resumen Este artículo analiza la importancia de la Inversión Social Privada como uno de los componentes en la obtención de la Licencia Social para Operar, demostrando la importancia de adoptar la gestión social como elemento estructurante en las relaciones entre las grandes empresas mineras y las comunidades impactadas por ellas, a partir de la percepción de los pobladores circundantes a las operaciones mineras en Minas Gerais. El análisis se basó en el conocimiento producido sobre Licencia Social para Operar, Responsabilidad Social Empresarial, Inversión Social Privada y Gestión Social. La metodología se define como un estudio descriptivo cualitativo resultante de una investigación empírica realizada a través de entrevistas semiestructuradas, aplicada a una muestra determinada por saturación de información. Los datos recopilados se analizaron según el análisis de contenido de Bardin. Los resultados destacan la importancia de los elementos de gestión social en la realización de la inversión social privada cuyo impacto está directamente relacionado con la calidad de la relación de aceptación y confianza, base de la Licencia Social para Operar.

Palabras clave Licencia social para operar; gestión social; inversión social privada; impactos mineros; desarrollo local.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade empresarial tem encontrado grandes desafios nas últimas décadas, entre eles o de usufruir da Licença Social para Operar (LSO), pois grandes empreendimentos necessitam, além licenças legais para desenvolver e manter seus empreendimentos, da aprovação dos diversos grupos de interesses – comunidade, agentes políticos e ONG's que atuam na esfera local –, que têm protagonizado uma importância crescente na aceitação ou não e, conseqüentemente, na sustentabilidade desses empreendimentos. Esses agentes são os responsáveis pela concessão da Licença Social para Operar, cujas bases residem na aceitação e confiança estabelecidas nas relações entre empreendimento e comunidade. A concessão dessa Licença assume um papel crucial para a sustentabilidade empresarial. O Investimento Social Privado (ISP), é um dos componentes básicos que contribuem para a sua conquista. Entretanto, a sua realização por si só não assegura a obtenção da LSO. É necessário que a oportunidade de realizar o ISP incorpore na relação entre as partes as categorias básicas da gestão social, cuja fundamentação epistemológica difere da gestão estratégica em muitas dimensões, pois visa não somente o fim empresarial, mas, também, a emancipação social e o desenvolvimento local.

Portanto, este artigo aborda a temática do Investimento Social Privado e sua importância como um dos componentes na obtenção da Licença Social para Operar, sob a ótica da gestão social. Além disso, apresenta o resultado de uma pesquisa empírica realizada junto a moradores de uma comunidade no entorno de dois grandes empreendimentos minerários de grande porte, localizados no estado de Minas Gerais (Brasil).

A pesquisa foi norteada pela seguinte questão central: de que maneira o Investimento Social Privado colabora para uma avaliação favorável da empresa pela comunidade habitante do entorno de grandes empreendimentos minerários? Seu objetivo, portanto, foi conhecer e analisar a importância do Investimento Social Privado, sob o ponto de vista de uma comunidade impactada pelas operações dos empreendimentos, frente à obtenção da LSO. O foco da pesquisa foi a qualidade das relações estabelecidas entre empresas e moradores de suas vizinhanças, no âmbito do Investimento Social Privado, analisando a qualidade da gestão que mediou essas relações e sua influência potencial na obtenção dessa Licença Social para Operar.

A seguir, sintetiza-se a discussão teórica que embasou o planejamento da pesquisa e a análise dos resultados, contemplando os conceitos de Licença Social para Operar, Investimento Social Privado e gestão social para o desenvolvimento local, bem como a metodologia que norteou o trabalho de campo e os resultados da pesquisa propriamente, assim como a análise conclusiva.

Essas reflexões, fundadas em pesquisa empírica pretendem, como um objetivo derivado, oferecer subsídios aos departamentos de Responsabilidade Social Empresarial das empresas privadas para melhorarem a qualidade dos Investimentos Sociais Privados, transformando-os em meios para a emancipação social e o desenvolvimento local, pautados em relações colaborativas legítimas.

DISCUSSÃO TEÓRICA

O conceito de Licença Social para Operar está intimamente ligado ao poder exercido pela sociedade no sentido de apoiar ou não a operação de uma empresa em seu território. Cada vez mais, a sociedade tem assumido o protagonismo na aceitação da convivência com uma empresa e seus impactos. Esse protagonismo pode ter efeitos diretos sobre a sustentabilidade empresarial (Thomson; Boutilier, 2011).

Um dos maiores desafios para o desenvolvimento sustentável está intimamente relacionado à construção de um relacionamento duradouro e de confiança mútua em um ambiente onde as expectativas são diversas e as relações de poder são desiguais entre as partes interessadas. Essas partes têm percepções, por vezes, diversas sobre a construção de uma agenda de desenvolvimento que permita a coexistência pacífica e aceitável entre elas (Bice; Moffat, 2014; Santiago, 2019).

Nesse sentido, Moffat (2018), referindo-se à indústria de mineração, destaca a importância do compromisso dos grandes empreendimentos em engajar as partes interessadas, comunicando-o de forma clara, desde o início do processo de implantação da planta produtiva. O engajamento da sociedade externa ao empreendimento se daria por meio do convite à sua participação ativa e constante nas decisões que a impactasse.

O cumprimento apenas da legislação vigente, não credencia um empreendimento a contar com a aceitação plena da comunidade onde se encontra. Influenciado por esse conhecimento, o executivo Jim Cooney, em 1997, forjou o conceito de Licença Social para Operar como um componente essencial da sustentabilidade empresarial das indústrias extrativas (Thomson; Boutilier 2011; Santiago, 2019). Por sua vez, esse conceito e sua obtenção requerem um padrão de relacionamento social potencializador do desenvolvimento local, que, por sua vez, está relacionado com o grau de emancipação social da comunidade local. Silva Filho (2018) explica o conceito de Licença Social para Operar no contexto em que ela é buscada pelos empreendimentos.

O reconhecimento das empresas acerca da importância das partes interessadas é o marco inicial para o trabalho de obtenção da Licença Social. Se por um lado existem corporações com seus objetivos estratégicos (inicialmente, puramente mercantis) para implantação e desenvolvimento de seus projetos e suas operações, por outro, existem atores locais, agindo em rede, cujos interesses, motivações e expectativas, em sua maioria, divergem das motivações empresariais. Assim, torna-se mister o engajamento com essas partes donas de interesses diversos para obtenção da Licença Social (Silva Filho, 2018, p. 22).

Oliveira e Borges (2018) consideram que, para efeitos de desenvolvimento local, é preciso que a atividade empresarial concilie a promoção de iniciativas externas sobre a comunidade (Investimento Social Privado) com iniciativas internas (planejamento e oferta de demandas), “[...] já que a ação isolada de grupos locais não consegue ter impacto real se não for fortalecido pela ação de planejamentos e políticas externas, sendo necessário esse planejamento externo a fim de criar maior autonomia local” (Max-Neef, 1991 *apud* Oliveira; Borges, 2018, p. 748).

Com vistas no respeito e fortalecimento da autonomia local, as pessoas seriam aceitas como protagonistas nesses processos de intervenção comandados pelos Investimentos Sociais Privados, concedendo, nesse âmbito, uma importância maior ao ser humano em contraposição aos fatores econômicos e visando à qualidade de vida e ao bem-estar social (Oliveira; Borges, 2018). Nesse caso, a LSO carrega o potencial de assegurar que essas metas sejam alcançadas, em virtude de não ser emitida por um órgão governamental e, tampouco, ter prazo de validade. De fato, a Licença Social para Operar é edificada cotidianamente, fruto da qualidade da relação entre o empreendimento e a comunidade, sendo essa a responsável por sua concessão.

Thomsom e Boutilier (2011) admitem a possibilidade de as empresas alcançarem quatro níveis distintos para a LSO, estabelecendo três fronteiras entre eles. Esses níveis correspondem ao modo como a empresa é recebida pela comunidade, em função do relacionamento estabelecido por ela. O pior nível é denominado pelos autores de Nível de Retenção ou Remoção. Nesse caso, a comunidade não concede à empresa a Licença Social para Operar e não aceita a empresa. Assim, fica inviabilizada a continuidade da operação empresarial. O nível seguinte é o Nível de Aceitação, segundo o qual há uma demonstração firme de legitimidade da empresa frente à comunidade de entorno. A fronteira entre esses dois níveis é denominada Limite de Legitimidade.

Caminhando para o nível seguinte, a empresa supera a fronteira designada Limite de Credibilidade, alcançando o Nível de aprovação pela comunidade, o que reflete a maturidade da legitimidade e da credibilidade da empresa. Nesse nível, a comunidade está satisfeita com a empresa e a percebe como produtora de benefícios locais. A última fronteira, possível de ser transposta pela empresa, é o Limite de Confiança, a partir da qual a empresa dá demonstração de ser parceira da sociedade local, contribuindo para que ela alcance suas expectativas em relação ao futuro. Essa transposição leva a empresa a um nível de relacionamento com a comunidade batizado como de Identificação Psicológica, quando passa a ser percebida como totalmente confiável e membro da rede social local.

Pessoas, famílias e instituições têm expectativas de uso de um território e seus fatores potenciais geradores de situações de conflito (Heidrich, 2009). Nesse contexto, a gestão social oferece meios de se estabelecerem relações de poder mais democráticas nas determinações sobre o território compartilhado. Isso porque a gestão social admite que as decisões sejam legitimadas em reflexões, discussões e debates orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa deliberativa, da autonomia e do bem comum (Habermas, 1997), posto que seu fim é o desenvolvimento social no território, promovendo a integração das diversas partes interessadas, tendo como foco principal a coletividade (Boullosa; Schommer, 2008). Assim, a gestão social preconiza relações que se forjam por meio da comunicação dialógica, da democracia, da ação participativa e da negociação constante, contrapondo-se à gestão burocrática e estratégica do Estado e do mercado (Tenório, 2015).

Por sua vez, o conceito de Investimento Social Privado (ISP) refere-se à destinação de recursos privados para a área social externos às questões operacionais. Recentemente,

surgiu uma tendência de se agregar o termo “Geração de Valor Compartilhado”, entendido como o retorno obtido pela empresa pelos investimentos realizados, diferente do retorno financeiro no sentido *lato* da palavra, trata-se do valor refletido em sua imagem, marca, cultura, relacionamento com o entorno e, por fim, no usufruto da Licença Social para Operar (Azevedo, 2017, p. 151-160). O Investimento Social Privado é uma das vertentes da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que tem em suas premissas o compromisso voluntário das empresas em contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida da sociedade em geral.

Perseguini (2015) sustenta que a RSE inclui práticas empresariais forjadas de forma estratégica para gerar benefícios às principais partes interessadas, minimizando os riscos ao negócio. Em raciocínio semelhante, Gasda (2016), concebe a empresa como parte de uma rede maior, onde cada “nó” é corresponsável pelos demais, seja nos aspectos sociais, ambientais, econômicos. Por outro lado, Friedman (1984) contrapõe essa visão, alegando que o objetivo final da empresa é a maximização do lucro, e, uma vez que a mesma oferta bens e serviços à sociedade, está cumprindo a sua responsabilidade social.

Mesmo diante de uma perspectiva mais liberal, é necessário que as empresas considerem seus impactos, pois a pressão de grupos sociais, consumidores e mídias, atuando em rede, exercem forte poder sobre imagem e reputação, podendo comprometer a sustentabilidade empresarial (Sólio, 2013). Sob qualquer ponto de vista e avaliação e sob as contradições impostas pelo modelo neoliberal, está posto que a Responsabilidade Social Empresarial seja um movimento que vem assumindo um protagonismo e se reinventando desde pós revolução industrial, passando da filantropia pura para um modelo estratégico adotado por grande parte do setor empresarial.

No Brasil, a partir da década de 1990, dois atores merecem especial destaque por suas contribuições para esse desenvolvimento, são eles: o Instituto Ethos¹, fundado em 1998, e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)², instituído em 1995. Essas duas instituições têm desempenhado papel fundamental como promotoras de causas sociais, ambientais e culturais, articulando políticas públicas e promovendo a ser (Perseguini, 2015; GIFE, 2014).

O último Censo GIFE 2018 apresenta uma das principais pesquisas sobre o Investimento Social Privado no Brasil. Esse Censo divulgou o total de investimentos realizados por institutos, fundações e empresas naquele ano, da ordem de 3,59 bilhões de reais. Para se ter uma ideia de grandeza, esse valor é superior aos orçamentos somados do Ministério do Meio Ambiente (R\$ 2,9 bilhões), do Ministério da Cultura (R\$ 2,1 bilhões) e do Ministério do Esporte (R\$ 1,3 bilhões) no mesmo ano, demonstrando o poder financeiro de ações desencadeadas pela RSE e pelo ISP sobre a sociedade e seu grande potencial de contribuição para o desenvolvimento local, para além do desenvolvimento econômico (Ferreti; Michelle, 2018).

O interesse no usufruto da Licença Social para Operar impõe às organizações, em suas relações com a comunidade de vizinhança, uma nova forma de gestão, visto que a gestão privada tradicional não consegue dar conta da complexidade que envolve as relações territoriais. Nesse sentido, é indicada a adoção da gestão social como uma opção para a

construção de uma relação de confiança e respeito nessas relações, em que os objetivos, mesmos que originalmente divergentes, venham a convergir para uma agenda de desenvolvimento no território que alcance os vários interesses, em um processo complexo que envolve as empresas, a sociedade civil, o poder público e as dinâmicas resultantes dessa interação. Nesse contexto, o Investimento Social Privado pode agir como instrumento catalisador desde que observados os princípios da gestão social.

METODOLOGIA

Este artigo apresenta os resultados, a análise e as conclusões de uma pesquisa empírica qualitativa implementada para melhor conhecer o posicionamento dos moradores vizinhos em relação a dois empreendimentos minerais, em operação no estado de Minas Gerais, assim como, a percepção deles sobre o Investimento Social Privado realizado pelas empresas e suas implicações para a concessão da Licença Social para Operar pela comunidade. Esperava-se desse empenho o desvelamento de uma realidade não quantificável, que envolve o “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, [em um] espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [irredutíveis] à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 21-22).

Os sujeitos visados pela pesquisa foram os representantes adultos de famílias residentes há, no mínimo, 10 anos na comunidade impactada pela atividade de mineração, denominada Comunidade Ouro, para fins de análise e divulgação das informações. Responderam à pesquisa 13 indivíduos, 5 do gênero masculino e 8 do gênero feminino. De acordo com as prescrições éticas, o local, as empresas e todos os sujeitos participantes da pesquisa foram renomeados por pseudônimos, criados aleatoriamente, para assegurar o sigilo ético, de acordo com a Resolução nº 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas com seres humanos. Os empreendimentos responsáveis pelos impactos, por compartilharem o mesmo território com o público-alvo, foram denominados Empresa Antiga, a primeira a se implantar na Comunidade, e Empresa Nova, a mais recente.

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com a finalidade de conhecer a percepção dos indivíduos, preservando-se a liberdade de expressão e a espontaneidade nas respostas. Do instrumento de pesquisa constou uma lista das principais dimensões componentes da Licença Social para Operar, para serem hierarquizadas, segundo o entendimento do nível de importância concedido a eles pelos pesquisados.

A análise dos dados da pesquisa se utilizou do método de análise de conteúdo desenvolvido por Bardin (1997). Essa é uma técnica utilizada nas análises de comunicação, em que os insumos são os relatos de entrevistas e das observações do pesquisador. O método ensina que, de posse do material coletado, o pesquisador deve seguir as seguintes etapas: (a) pré-análise das informações que tratam da sistematização das ideias iniciais; (b) exploração do material, por meio da classificação em categorias, para a melhor compreensão das implicações do discurso do sujeito em relação ao tema pesquisado; e (c) tratamento dos conteúdos, inferência e interpretação das informações (Silva; Fossá, 2015).

RESULTADOS DA PESQUISA

A Comunidade Ouro, impactada pelos empreendimentos, surgiu em decorrência da implantação da Empresa Antiga, entre 1930 e 1940, a partir das moradias construídas para os trabalhadores. A Empresa Nova iniciou suas atividades, no mesmo território, em 2011, com previsão de término em 2019. A Comunidade Ouro está localizada a 1200 e 900 metros das duas empresas em linha reta. Embora relativamente distante, o transporte do material produzido nos empreendimentos compartilha a mesma via de acesso principal à Comunidade.

ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES POR CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

Realizadas as entrevistas e, posteriormente, suas transcrições, os dados foram submetidos a leituras flutuantes, codificados e agregados por meio das convergências percebidas com as quatro categorias e sete subcategorias pré-estabelecidas, quais sejam:

- a) Categoria 1) Percepção dos empreendimentos: conhecimento dos empreendimentos, percepção dos impactos, relacionamento entre a comunidade e os empreendimentos;
- b) Categoria 2) Relação de comunicação: comunicação;
- c) Categoria 3) Dimensão da gestão social: conflito no território, forma de organização da comunidade e processo de decisão;
- d) Categoria 4) Investimento Social Privado: ações sociais, engajamento e importância do ISP.

A seguir, apresentam-se as percepções do pesquisador por categoria e em geral, decorrentes dos depoimentos dos entrevistados.

Categoria 1 – Percepção dos Empreendimentos

Os entrevistados demonstraram um certo cuidado ao se referirem à Empresa Antiga, acredita-se que pelo fato de ainda existir um grupo de moradores que reside, em regime de comodato, nas residências construídas pela Empresa Antiga:

[...] a [Empresa Antiga] foi fundadora. [...] eles criaram essas casas pra [os trabalhadores] ficarem, né? Aí geralmente pra você morar aqui teria que trabalhar na [Empresa Antiga]. Aí eles deixavam os moradores ficar nas casas e negociava, né? “Facilitava” pra eles e era descontado e folha (GISELE).

Até porque tinha muitos moradores, quase todos moradores aqui era de comodato, e os que tinham casa pagaram casa há longa data, muito tempo. Então, no início ela fazia o sistema só de comodato, ela começou a vender pra uma geração... há 3 gerações atrás pra cá que ela começou a vender (Antônio).

CONHECIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS

Thomson e Boutilier (2011) destacaram que as bases para concessão da Licença Social para Operar estão fundadas nas percepções, na forma de viver dos moradores da comunidade e nas relações entre o empreendimento e eles. A concessão da LSO, portanto, pressupõe um mínimo de conhecimento dessas pessoas sobre o empreendimento. Os sujeitos entrevistados declararam conhecer os empreendimentos localizados no entorno da Comunidade, especialmente a Empresa Antiga (100% deles), principalmente, em virtude de sua relação direta com a criação da Comunidade. Já a Empresa Nova é conhecida por 38% dos entrevistados.

Considerando os dois empreendimentos, todos os entrevistados declararam algum ponto de contato com pelo menos um deles. Alguns trabalham ou já trabalharam em um deles, ou têm algum parente nessa condição. Entretanto, ao inquirirem sobre uma compreensão mais profunda do empreendimento, suas características e compromissos, não foi possível identificar esse entendimento pelos participantes, pois se evidenciou a falta de instrumentos e processos que o fomentam.

[...] eu era operador, operador de correia transportadora de moagem, teleférico, correia transportadora, lotação, barragem e gravimetria. Sabe, gravimetria? gravimetria é o lugar que apura o ouro. Movimentos estático vibratório. (Rafael).

[...] meu pai, né, meu avô também trabalhou, meu tio trabalhou. Hoje atualmente eu acho que não tem não, sabe? Mas vários já trabalhou. Na [Empresa Nova] hoje eu tenho meu primo que já trabalhou lá também (Gisele).

PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS

Thomson e Boutilier (2011) informam que, quanto mais complexas as operações e seus impactos, mais difícil é a obtenção da Licença Social para Operar. Dentre os principais impactos negativos, relatados pelos entrevistados, destaca-se o transporte de minério pela Empresa Nova, que gera um fluxo intenso de caminhões pesados, trafegando pela Comunidade. O senhor Antonio calcula um fluxo diário de 100 carretas de minério. Esse transporte provocou, até mesmo, alguns conflitos entre a Comunidade e a Empresa.

[...] olha, a questão do transporte fica a desejar também, porque tem hora que 3 horas da manhã, olha lá, ó. Pode ver, tá descendo. Isso aí é constante. O sossego... A questão do transporte é o que eu tô te falando. Antigamente a gente tinha uma paz, que você não escutava carro passar na BR. Hoje em dia é caminhão constantemente. Às vezes, eu escuto as pessoas falarem que, poxa, caminhão, 3 horas da manhã, 3 e meia da manhã tá descendo e tal. Então, quer dizer, causa assim, um... igual eu te falei, pra mim não, mas pra eles eu creio que perturba um pouco (Sérgio).

Alguns entrevistados indicaram, também, outros impactos, tais como a contaminação do solo, a poeira, odores provenientes da planta industrial da mineração e vibrações

sobre as estruturas das casas, que produzem rachaduras. Além disso, os entrevistados comentaram sobre a presença de um sentimento de insegurança com respeito à barragem de rejeitos da Empresa Antiga, intensificado pelos recentes acidentes com barragens em Minas Gerais.

Independentemente do risco real, ou seja, aquele referenciado pelas normas técnicas e limites legais, existe uma percepção subjetiva do risco, real para os sujeitos da Comunidade, que subsiste no seu modo de vida e em suas referências em relação ao mundo. Considerar os anseios de uma comunidade em relação aos impactos gerados por uma atividade econômica, é básico na construção de uma relação de confiança que contribui para a outorga da LSO.

[...] Pô, até há pouco tempo, era contaminação do ar, né, a catinga de ácido sulfúrico aqui é violenta. Tem vez que tá osso, principalmente na parte do ar. E a contaminação do ar que cê puxa não sente é no nariz, sente é na garganta. Vai lá no esôfago... Tem a outra mineração que ela é lá em..., mexe com minério de ferro, inclusive, daqui dá pra ver lá, ó. Aí, os caminhão que passa aí com minério de ferro aí, que é de outra mineração de fora aí, que a tal da [Empresa Nova], ela prejudica, né, o caminhão até que... Perturba, mas perturba mesmo (Rafael).

Alguns sujeitos entrevistados, também, apontaram impactos positivos, com destaque para o emprego e as obras de infraestrutura realizadas na Comunidade. É importante destacar que muitas das obras relatadas pelos entrevistados foram realizadas pela Empresa Nova devido a um acordo de compensação realizado entre ela e a Associação de Moradores da Comunidade.

[...] é bom que é trabalho, né? Um meio de trabalho, né? Bastante gente aqui trabalha. (Luzia).

[...] ah... como diz, tem coisas que eles ajeitaram aqui pra nós, arrumou os telhado aqui, foi eles que fez, né, pra mim, algumas coisa foi até uma coisa boa. As melhorias que tem aí, com ações lá do colégio... Teve algumas coisa muito bom. (Estela).

[...] ah, os benefícios é [...], ela traz o emprego, ela gera renda pra Comunidade. Isso é bom. Mas não é só isso que a empresa tem que trazer pra Comunidade (Sérgio).

Dentre os fatores que influenciam na concessão da Licença Social para Operar, Santiago (2019) destaca a importância de conhecer, gerir e avaliar os impactos das operações no sentido de construir uma relação positiva com a comunidade, entendendo a sua percepção pelos membros das comunidades, assim como atuando sobre eles. Também é importante salientar, que mesmo conhecendo os impactos de forma em geral, não foi identificado nenhum instrumento, onde a sociedade efetivamente pudesse realizar um acompanhamento dos impactos e seus riscos.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMUNIDADE E OS EMPREENDIMENTOS

A percepção da relação entre a Comunidade e os Empreendimentos envolve o sentimento dos seus membros sobre como a empresa faz a gestão das relações com seus *stakeholders*. Isso envolve um processo contínuo, cujas bases residem na relação de respeito e confiança que é forjada diariamente. Thomsom e Boutilier (2011) destacam a importância central das partes interessadas no processo de concessão da LSO.

Em geral, os entrevistados relataram que não se sentem respeitados da forma como gostariam, referindo-se aos impactos negativos já descritos. Além disso, a Empresa Antiga, pioneira e responsável pelo surgimento da Comunidade, responde por um passivo no imaginário local decorrente da forma como o relacionamento foi estabelecido no passado, sob a gestão de outros grupos econômicos.

[a Comunidade Ouro] é uma comunidade que ela sempre foi muito oprimida pela empresa de mineração [Empresa Antiga]. Não pode comparar a [Empresa Antiga] com a [Empresa Antiga atual¹] que tem uma visão mais internacional, alguns protocolos diferenciados. A mineração [Empresa Antiga] era uma empresa que colocava uma moto pra andar todo dia, que se chegasse um tijolo na sua casa ela queria saber porque que chegou. [...] Então é uma empresa que, quando a comunidade chegou, depois dela, existia um respeito, mas não é um respeito adquirido pelo reconhecimento, era um respeito de medo mesmo. [...] Ela invertia o papel das coisas. Ah, funcionário processou? Eu vou pedir a casa. Então, era bem... Era bem ditatorial, a linha era bem dura. [...] Eu conheço gente que todo dia era testemunha do processo onde os outro suicidou, na mina, que na verdade era acidente que acontecia, e ela obrigava as pessoas que trabalhavam lá a falar. Então, essa é a história da empresa. Então, essa bagagem de autoritarismo, essa bagagem de que eu que mando aqui e você... você veio depois, você está nas minhas terras. (Antônio).

[...] era ditadura mesmo [referindo-se a como era antigamente]. Melhorou, de um tempo pra cá, melhorou. Melhorou muito, cê vê que antigamente, o pessoal que morava nas casa aqui, ó, eu mesmo... Eu fui fazer uma base na caixa d'água pro meu irmão, morava aqui em cima, e eles embargô. Uma caixa d'água, aquelas pilastra pra por caixa d'água. E tinha capanga armado, o capanga tava a cavalo. [...] Intimidava as pessoas. Não, hoje em dia eu não vejo não. Isso não existe mais não (Roberto).

Com relação à Empresa Nova, é possível perceber que, em virtude da forma como ela foi inserida na comunidade, a relação se construiu através da Associação de Moradores, que, de certa forma, legitimou sua aceitação pela Comunidade.

É importante salientar que, durante as entrevistas, avaliando a construção da relação entre a Comunidade e os empreendimentos, pode-se inferir, no caso específico da Empresa Nova, a observância de alguns conceitos básicos da gestão social importantes para a obtenção da Licença Social para Operar, tais como: (1) o reconhecimento das partes interessadas e o engajamento dessas na gestão de expectativas e decisões, incentivando a participação

da sociedade civil organizada (Thomson; Boutilier, 2011); (2) a dialogicidade (Cançado; Pereira; Tenório, 2015); e (3) a busca de soluções coletivas participativas realizadas no território (França Filho, 2008).

[...] Pra você ter uma ideia, quando nós fechamos o acordo com a [Empresa Nova], nós elegemos uma comissão de 18 membros. Fizemos uma reunião pública com a empresa, ela explicou, dessa reunião saiu 18 membros da comissão, essa comissão olhou várias obras que poderiam ser feitas, negociou com a empresa, e a decisão dessa comissão foi validada em duas assembleias gerais, uma aqui e uma outra da [Comunidade Ouro] (Antônio).

Categoria 2 – Relação de comunicação

Compreensão, legitimidade compartilhada, construção de conhecimentos, compartilhamento de informações, resolução de conflitos, compreensão do outro, engajamento, entre outros, são bases sociais de uma construção dinâmica e interativa que opera, fundamentalmente, por meio do exercício do diálogo, seja esse formal ou informal (Mofatt, 2017). O estabelecimento de um diálogo igualitário e solidário entre as partes, que construa relações duradouras e de confiança. Essa prática tem potencial transformador, desde que faça sentido para as partes envolvidas (Tenório, 2007). A comunicação, então, é pedra angular para se estabelecer legitimidade, credibilidade e confiança, pilares indispensáveis para a obtenção da Licença Social para Operar (Thomson; Boutilier, 2011).

COMUNICAÇÃO

Foi possível identificar que o processo de comunicação entre a Comunidade Ouro e os empreendimentos é realizada de forma pontual e sob demanda, muito mais no sentido de resolução de problemas específicos do que em um processo cotidiano de comunicação e engajamento. Existe, na Comunidade, um pequeno *outdoor*, que informa um número para ligação gratuita para a Empresa Nova por meio do qual a Comunidade poderia realizar sugestões, reclamações e elogios. Entretanto, quando inquiridos se tinham conhecimento desse número, a maioria dos participantes da pesquisa informou não saber de sua existência.

Houve uma única exceção: Jane efetuou um registro, relatando que foi acessada por uma secretária eletrônica a um meio de gravar suas queixas, informando que a empresa retornaria. Outros entrevistados informaram que, ao necessitarem manter comunicação com Empresa Antiga, dirigem-se à sua sede ou telefonam. Parte dos entrevistados informa que, atualmente, o principal canal de comunicação entre empresas e Comunidade é a Associação dos Moradores. É esse o espaço que os dois empreendimentos utilizam para fazer a interlocução com os moradores da Comunidade. Entretanto, não se identificou, na construção da relação, uma prática sistemática de comunicação dialógica, que acarretasse melhor compreensão da Comunidade por parte da empresa e vice-versa.

[...] eu tenho um número de telefone do escritório deles. É, todo mundo tem, o telefone do escritório da casa grande lá que eles falam [...] tem um número também, 0800, que vem naquele jornalzinho também (Rafael).

[...] sempre quando a empresa quer fazer alguma coisa ela procura o presidente da Associação, o presidente da Associação convoca as pessoas que queiram participar, que nem todos vão, então ela “ó gente, vai ter uma reunião da [Empresa Nova] dia assim, preciso que alguém vá, alguém disponibilize de ir”. E tipo assim, as pessoas vão. Mas sempre que precisa eu vou (Lacerda).

Apesar do conhecimento de parte da Comunidade sobre a forma e meios de se comunicar com os empreendimentos, não se identificou a existência de um processo empresarial estruturado de comunicação, para envolver a Comunidade nos temas materiais. Além disso, tampouco percebeu-se um processo de fomento à participação ampla nas decisões, por meio do diálogo legítimo, com o objetivo de construção de relações de confiança e transparência, estabelecendo vínculos robustos para o engajamento da Comunidade.

Categoria 3 – Dimensão da gestão social

A gestão social se diferencia pelos seus princípios e objetivos. Seu foco principal é a sociedade, ou seja, a gestão da sociedade para a sociedade, de caráter coletivo e solidário, construída no espaço público, por meio da dialogicidade e priorizando a participação cidadã (Cançado, 2015). Ou ainda, conforme Boullosa e Schommer (2008), é uma gestão voltada ao social que busque a integração dos recursos na busca de soluções das questões sociais, admitindo as tensões e os conflitos como parte do processo.

Essa gestão e a LSO se aproximam sob a ótica dos meios. A finalidade da gestão social é a emancipação social, da participação deliberativa dos emancipados. A finalidade da Licença é a sustentabilidade empresarial, por meio da minimização dos riscos do negócio. Ao incorporar os conceitos da gestão social aos esforços para a obtenção da Licença Social para Operar, assume-se a possibilidade de contribuir para ambos os fins, a princípio antagônicos. Pois são reduzidos os riscos da radicalização da insatisfação popular. Na pesquisa realizada, buscou-se identificar como as empresas administram as relações de conflito no território e as formas de organização da Comunidade e o processo de decisão.

CONFLITOS NO TERRITÓRIO

A maioria dos conflitos relatados durante a pesquisa, se referiam à Empresa Nova, devido aos impactos causados com o transporte de minério nas vias da Comunidade. Esses conflitos resultaram em manifestações dos moradores, com interrupção de vias, demonstrando a inefetividade dos canais de comunicação existentes para a resolução proativa dos conflitos.

Com relação à empresa antiga, os conflitos residem na questão habitacional e remontam a uma relação antiga, já descrita. Isso corrobora a afirmação de Heidrich (2009) de que o conflito é consequência das disputas no território. A relação de poder e o controle impostos pela Empresa Antiga, desde sua instalação, refletem um tipo de conflito “interdito”, no sentido psicanalítico, ou seja, é parte do discurso que permanece oculto, mas presente. Em outras palavras, o conflito está posto, mesmo que não admitido.

[...] ah, ficou uma fila de caminhão aí, tipo assim, foi de manhã até meio dia e depois não sei, depois começou a rodar normal. (Luzia).

[...] porque é assim, onde que elas passam, tanto a [Empresa Antiga] quanto a [Empresa Nova] é o mesmo local. Então, se fechar a rua prejudica as duas empresas. Mas aí que vem, aí eles chamam a polícia, a polícia vem, ninguém quer conversa, limpa o que eles queimaram lá, aí vem, pronto, acabou (Lacerda).

A presença dos fundamentos da gestão social e da Licença Social para Operar (Cançado, 2015; Heidrich, 2009; Boullosa; Schommer, 2008; Thonson; Boutillier, 2011; França filho, 2008; Moffat *et al.*, 2017), apesar de alguns esforços pontuais, sobretudo com a inclusão da Associação de Moradores nas discussões, é, ainda, incipiente nas relações entre a Comunidade e os empreendimentos. Isso, por um lado, não acarreta pleno benefício para a Comunidade e, por outro, não agrega valor de imagem aos empreendimentos.

Conforme Santiago (2016), a licença não tem como objetivo central a extinção do conflito, mas sim o fortalecimento da Comunidade para conviver com os empreendimentos. Entretanto, a forma de gestão do conflito é um componente central para obtenção da LSO.

FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE E PROCESSO DE DECISÃO

A Comunidade Ouro, conforme informações de membros da Associação de Moradores, conta com aproximadamente 147 residências e 900 pessoas. A atual Associação foi criada, em 2008, em oposição a outra associação que, na opinião do relator, era ineficaz em sua função de representatividade, transformando-se posteriormente em um clube. O trabalho de campo demonstrou o conhecimento da Associação pela maioria dos entrevistados, apontada como a principal interlocutora entre a Comunidade e os empreendimentos. Entretanto, a participação ativa dos respondentes na Associação não foi identificada.

[...] a gente participava da associação do bairro aí, quando tem reuniões, essas coisas, a gente sempre tá lá participando [...]. Sempre quando a empresa quer fazer alguma coisa ela procura o presidente da Associação. O presidente da Associação convoca as pessoas que queiram participar, [...] nem todos vão, então ela ... ó gente, vai ter uma reunião da [Empresa Antiga] tal dia assim, preciso que alguém vá, alguém disponibilize de ir... Mas sempre que precisa eu vou (Lacerda)

Conforme os depoimentos, a associação foi a principal interlocutora junto à Empresa Nova durante todo o seu processo de instalação na vizinhança da Comunidade.

[para] o acordo com a [Empresa Nova], nós elegemos uma comissão de 18 membros. Fizemos uma reunião pública com a empresa, ela explicou. Dessa reunião saiu 18 membros da comissão, essa comissão olhou várias obras que poderiam ser feitas, negociou com a empresa, e a decisão dessa comissão foi validada em duas assembleias gerais, uma aqui e uma outra na ponta da [Comunidade Ouro], pra não dar discussão, pra falar ó, você não participou porque você não quis (Antonio).

A Comunidade Ouro se organiza por meio da Associação Comunitária, que a representa frente aos empreendimentos existentes no território, transformando, conforme ensina Sandoval (2016), os anseios individuais em coletivos, servindo como contraponto à ampliação dos interesses dos representantes do capital ali instalados. As decisões coletivas que impactam a Comunidade são tomadas com a participação de parcela da comunidade.

A comunicação da comunidade com os membros da associação se realiza de forma pessoal, todos têm acesso aos representantes ou por telefone ou por grupos de WhatsApp. O processo de engajamento é um processo de construção coletiva e sistêmica em que as partes se organizam em torno de um tema ou problema comum. Nesse sentido, percebe-se que a Comunidade Ouro ainda se situa numa fase embrionária de aprendizagem, efetivamente não se identificou canais de comunicação que fomentem a construção de um diálogo de forma participativa e constante.

Categoria 4 – Investimento Social Privado

O Investimento Social Privado (ISP), de acordo com o conceito do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), referência nos estudos sobre o tema no Brasil, é o investimento realizado por instituições privadas, de forma voluntária, para fomentar soluções sociais, ambientais culturais, científicas e de interesse público (Zacchi, 2018).

Do ponto de vista da Licença Social para Operar, o ISP acolhe estratégias utilizadas pelas empresas para realizar um melhor engajamento com as partes interessadas, mediando os impactos causados pelas operações e atendendo uma agenda de responsabilidade social empresarial (Thonson; Boutilier, 2011; Frezzatti, 2016). Entretanto, o Investimento Social Privado deve ser um processo de construção coletiva, em que o investidor privado busca compreender as reais necessidades das comunidades para juntos decidirem a alocação do recurso. Não se trata de simples doação sem fim específico, mas de um processo coletivo, participativo, dialógico e mensurável em que as partes interessadas envolvidas exerçam, no espaço público, um diálogo, uma troca, e exista uma efetiva aproximação dos atores e a plena participação na elaboração de projetos de interesse coletivo.

AÇÕES SOCIAIS, ENGAJAMENTO E IMPORTÂNCIA DO ISP

Na Comunidade Ouro, alguns entrevistados alegam conhecer projetos sociais realizados pelas Empresas Antiga e Nova. Foram relatados os projetos destinados a crianças, ligados

a esportes, projeto de geração de renda e lazer, com aulas de dança. Além disso, parte dos entrevistados identificaram, como projetos sociais, ações de infraestrutura, como o asfaltamento e a recuperação ambiental, os equipamentos de academia ao ar livre e a construção da quadra de esportes. Os investimentos, qualificados por eles como de infraestrutura, apesar de terem seu financiamento com recursos privados e, em certo grau, impactarem na melhoria na qualidade de vida dos moradores, fogem ao conceito do ISP.

O ISP, enquanto negócio de impacto, tem como objetivo central a busca de soluções para problemas sociais e ambientais que resultem em ganhos financeiros positivos (Zacchi, 2018). De acordo com o conceito desenvolvimento local, pode abarcar projetos endógenos à comunidade, fortalecendo sua autonomia e gerando mudanças, por meio de um processo de construção coletiva (Froehlich, 1998; Fragoso, 2004).

[...] ó, igual assim aquela pracinha, [...] aquela academia que tem ali, eu acho que ele conseguiu foi através da empresa. Eu já ouvi falar (Patrícia).

[a Empresa Antiga] trouxe esse projeto de futsal pras crianças, mas poderia ter mais coisas. A única coisa que tem [...] é o futebol dos meninos lá que a [Empresa Antiga] tá patrocinando esse futsal dos meninos da escola aqui. É a única coisa que eu vi até hoje em 39 anos que eu vi [ela] faz”. “[Outra empresa] fez a quadra” fez essa padaria aí, começou até a vender a pão, todo mundo ficou muito satisfeito. Deu um carro pra associação, um Doblò que tinha aí pra sair vendendo pão na comunidade (Lacerda).

Ressalte-se que, salvo os investimentos em infraestrutura relatados, os demais projetos não contaram com a participação e envolvimento da Comunidade. Alguns entrevistados, entretanto, se posicionaram de forma positiva com relação à existência desses projetos sociais na comunidade, em outras palavras, o ISP realizado pelas empresas, salvo exceções não se utiliza dos fundamentos da gestão social para construção conjunta e participativa, o que pode gerar uma não apropriação destes pela comunidade, reduzindo o investimento a um “presente” ou doação específica que efetivamente não reflete a necessidade da comunidade.

[...] ah! A maioria é bem aceita pela comunidade. (Sergio).

[...] com bons olhos, porque os menino vai duas vez por semana, fica aqui jogando bola... O futebol de menino, eles gosta (Roberto).

[...] melhora a relação, é mesmo assim. Porque é preferível pra gente pegar os benefícios, porque não tem previsão, eles vão passar até 2022. Sempre tão renovando. Ia ser pra 2018, aí renovaram pra 2022. Então assim, querendo ou não, se a gente não negociar, eles vão passar. Negociando ou não eles vão passar, então é preferível a gente negociar e ganhar algumas coisas, né, em prol, assim, da escola, em prol da Comunidade do que eles passar, e como a [Empresa Antiga], não faz nada (Lacerda).

Quando inquiridos sobre o que poderia ser diferente com relação aos projetos sociais, poucos souberam informar. Aqueles que responderam se detiveram no projeto em si, não se referindo ao processo de envolvimento na construção e acompanhamento dele. Isso

demonstra a necessidade de preparação da Comunidade para um processo de engajamento mais eficaz, que fomente o desenvolvimento local.

[...] apoio ao artesanato. (Cibele).

[...] tem muitas coisas que a gente... Que os jovens daqui precisa. Uma aula de computação, uma escola, assim, pra tirar os jovens da rua, um outro benefício, um projeto como eles têm condições de fazer um... Trazer um projeto assim de... profissionalizante, ah, eu não sei falar não. Pros jovens, até pros adultos, né? Muita coisa boa que eles deveriam, que tem condições de fazer e não faz. (Lacerda).

[...] seria interessante curso de capacitação, sabe? Uma oficina pra idosos, sabe? Que aqui tem bastante idoso também que fica tudo ocioso dentro de casa, né? Acho muito interessante que tivesse esse tipo de projeto sim (Gisele).

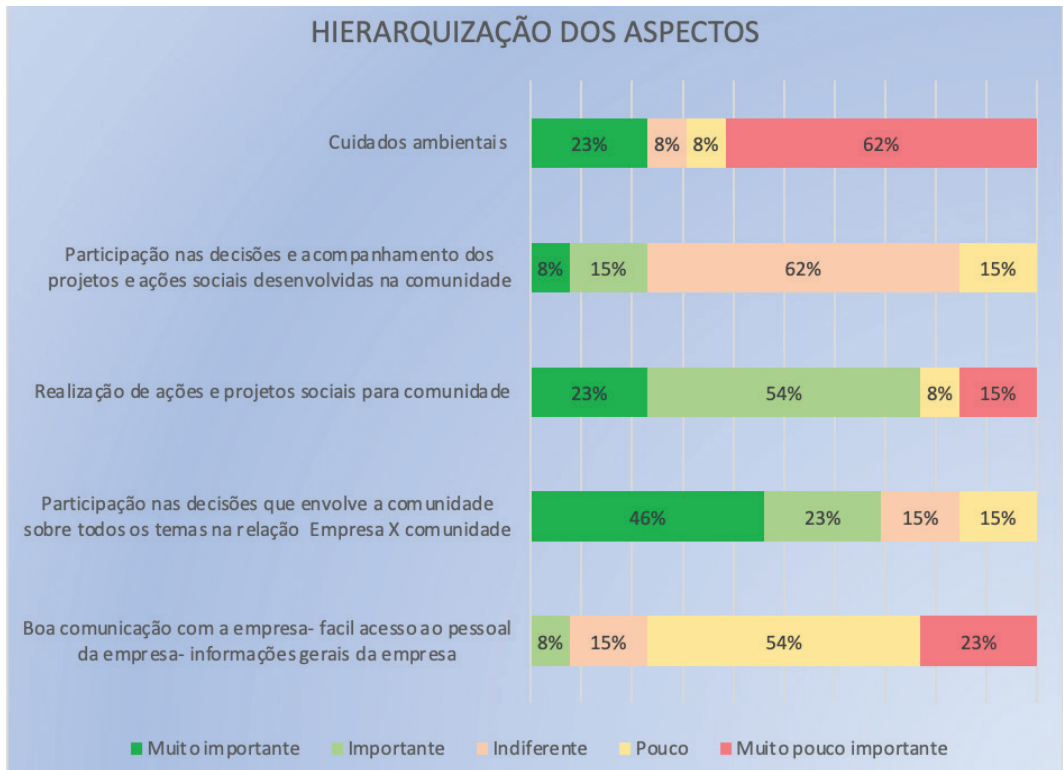
Com relação à importância do Investimento Social Privado, quando solicitados para apontar o nível de importância da realização de ações e programas sociais, os entrevistados apontaram o ISP como o item mais importante ou importante, na relação com o empreendimento, conforme será demonstrado mais adiante.

PERCEPÇÕES GERAIS

Após a realização das entrevistas, objetivando identificar a percepção dos indivíduos com relação a alguns componentes da Licença Social para Operar, solicitou-se a cada um que ordenasse, sob o seu ponto de vista, a importância de alguns fatores na dinâmica das relações entre as empresas e a comunidade. Dentre os fatores, foram apresentados aspectos relativos ao relacionamento entre empresa e comunidade, participação, Investimento Social Privado, participação nas decisões do Investimento Social Privado e por fim questões ambientais. Esses aspectos foram formulados com base em alguns componentes constituintes da Licença, entre eles: (a) engajamento, (b) impactos, (c) benefícios, e (d) participação.

O Gráfico 1, a seguir, foi construído a partir da seguinte pergunta encaminhada aos sujeitos da pesquisa: na sua opinião, o que você julga mais importante na relação entre empresa e comunidade? Os itens mais valorizados pelos entrevistados (considerados muito importante e importante) da Comunidade Ouro, foram: (a) realização de ações e projetos sociais para a comunidade (77%) e (b) participação nas decisões que envolvem a Comunidade sobre todos os temas na relação Empresa e Comunidade (69%) (Gráfico 1). Esse resultado reforça a importância da participação legítima da Comunidade nas decisões que lhe impactam, bem como a importância do ISP como legitimação da relação empresa/ comunidade.

Gráfico 1 – Hierarquização dos aspectos afins com a LSO pelos entrevistados na Comunidade Ouro



Fonte: autoria própria.

Chama a atenção o fato de os entrevistados não terem atribuído importância expressiva aos aspectos que refletem a questão da comunicação e informações sobre as empresas, assim como, a participação nas decisões e o acompanhamento dos projetos sociais. Isso demonstra a existência de uma carência da comunidade com relação ao processo de aprendizagem para uma efetiva participação com vistas à sua emancipação. Conforme Cançado (2011), essa emancipação pode ser obtida por meio de comunidades de prática, em processo de aprendizagem dialógico, em que as pessoas se relacionam e aprendem uns com os outros de forma horizontalizada e não hierarquizada, para melhor compreensão de seu espaço para uma atuação mais específica na esfera pública.

Ainda com relação à aprendizagem da comunidade, Santiago (2016), Thomson e Boutilier (2011) e Moffat *et al.* (2017) preconizam a importância da preparação da comunidade para concessão da LSO. Em outras palavras, os empreendimentos devem fomentar a aprendizagem social e fortalecer o capital social, de forma a que as comunidades possam entender, participar ativamente e usufruir dos benefícios gerados pelo empreendimento, estimulando a prática do diálogo, da participação e a tomada de decisões compartilhadas. Tanto nas entrevistas quanto nas respostas geradoras do Gráfico 1, percebeu-se a ausência desses componentes da gestão social e da LSO na Comunidade Ouro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As percepções dos moradores da Comunidade Ouro, com relação aos empreendimentos que coexistem no território, contribuem para uma reflexão sobre os pressupostos da Licença Social para Operar e para a importância do Investimento Social Privado neste contexto. É importante pontuar que a Licença envolve uma série de fatores relacionados à qualidade da relação estabelecida entre os empreendimentos e a comunidade. Para tanto, é imprescindível que essa relação seja construída com bases sólidas de respeito, confiança e benefícios à comunidade local.

De forma geral, a pesquisa demonstrou que os membros da Comunidade entrevistados não se sentem devidamente respeitados pelas empresas. Esse sentimento funda-se numa impressão antiga, legado da relação estabelecida com a Empresa Antiga, forjada na opressão, numa época em que todos os chefes de família, moradores da Comunidade, eram seus empregados e estavam sujeitos às regras estabelecidas, para além dos limites geográficos da área do trabalho, pois suas residências eram uma extensão da empresa. A Empresa Nova, por sua vez, ao se instalar, tentou estabelecer um processo um pouco mais inclusivo, utilizando a Associação de Moradores para apresentar o projeto, estabelecer interlocução com a Comunidade e fornecer compensações pelos impactos. Entretanto, aparentemente, o processo de construção de uma relação mais sólida e participativa não teve continuidade.

A comunicação com os empreendimentos foi percebida como bastante deficitária, em relação a ser um processo dialógico, inclusivo e igualitário, conforme requer uma gestão social e, por conseguinte, favorável à obtenção da LSO. O processo de engajamento efetivo com a empresa não foi percebido nas entrevistas realizadas. Percebeu-se, ao contrário, a ocorrência pontual de algumas tentativas de resolução de problemas conjuntos e não a construção coletiva de um processo permanente de engajamento.

Sobre o Investimento Social Privado realizado pelas empresas, a comunidade denunciou seu caráter pontual, sem a sua participação efetiva, no sentido de identificar, de forma coletiva, suas demandas, e construir, em colaboração, ações e projetos sociais que contribuíssem para o desenvolvimento local e para a emancipação social. Observou-se, também, a inexistência de participação efetiva da comunidade na gestão dos poucos programas e ações sociais existentes. Ou seja, a comunidade, ou parte dela, participa dos existentes, entretanto, sem se apropriar deles. A comunidade se percebe apenas como usuária passiva dos projetos e não como agente ativo, participante dos processos que os envolvem.

Os participantes atribuíram importância ao componente Investimento Social Privado. Percebeu-se o anseio de que tais investimentos se ampliem. Porém, esse desejo parece disperso, com fins à resolução de problemas individuais, carente de uma visão mais coletiva. Isso se dá em alguns momentos, quando da inserção da associação de moradores, mas, ainda, de forma pouco expressiva e estruturada, não potencializando o poder do ISP na obtenção da LSO.

Por fim, os relatos revelaram a inexistência na Comunidade Ouro de um processo afim com a gestão social na busca do bem-estar coletivo. Há a carência de um aprendizado

coletivo em processo dialógico emancipatório que gere desenvolvimento local e que, ao mesmo tempo, satisfaça os pressupostos básicos da LSO, com efetivo engajamento da comunidade aos Investimentos Sociais Privados existentes e às intervenções realizadas na Comunidade. Do ponto de vista da LSO, diagnosticou-se apenas o nível de aceitação das empresas pela comunidade, numa relação de coexistência. O fortalecimento de um processo de engajamento efetivo, no tocante ao Investimento Social Privado, poderia influenciar uma relação mais robusta entre empresa e sociedade, potencializando a outorga da Licença.

Os empreendimentos que buscam a obtenção da LSO no território, necessitam cada vez mais instituir mecanismos de engajamento eficientes, que vão desde a qualidade e quantidade de contato com as comunidades de seu entorno, a gestão participativa de seus impactos e benefícios e a busca de soluções compartilhadas para seus conflitos. Nesse sentido, as empresas que estão instaladas na comunidade não possuem essa prática, o que interfere diretamente na participação efetiva da sociedade nos temas que lhes dizem respeito, que é condição básica para o estabelecimento de relações de aceitação e confiança.

Esta pesquisa apresenta algumas especificidades a destacar: (1) o fato de a Comunidade ter sido constituída a partir de um dos empreendimentos minerários, o que parece amortecer a percepção dos impactos pelos moradores da Comunidade; (2) a relação estabelecida entre Empresa Antiga e grande parte dos entrevistados ao longo dos anos; e (3) a ausência da participação das empresas na pesquisa, o que poderia apresentar uma outra dimensão dos fatos. Entretanto, acredita-se que, em regiões de mineração de exploração antiga, essa realidade venha a se repetir com variações que não lhe retire a sua importância explicativa. A pesquisa forneceu dados importantes para a reflexão da lógica do modelo de relação estabelecido entre empreendimentos e comunidades desfavorável à outorga da LSO, mesmo que se registre o componente do Investimento Social Privado, visto pelos moradores como fator importante, o fato de que inexistente um modelo robusto de engajamento com a comunidade de forma horizontal, participativa e transparente, faz com que a relação não se estabeleça de forma efetiva impactando na sustentabilidade futura dos empreendimentos e na qualidade de vidas dos moradores adjacentes aos empreendimentos. Se de um lado existe uma tendência em realizar ISP, e do outro a necessidade de usufruir dos benefícios ofertados pelas empresas, a ausência de um processo estruturado da Gestão Social, não possibilita o estabelecimento de uma relação de confiança e aceitação por parte da comunidade. Esse problema se repete em tantas outras localidades, onde as empresas evitam a prática da gestão social nas relações com aqueles que lhe compartilham o território.

NOTAS

- 1 A OSCIP Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social tem a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, com vistas à contribuir para uma sociedade justa e sustentável (Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/o-instituto/>. Acesso em: 20 ago. 2020).

- 2 O GIFE é uma organização sem fins lucrativos, fruto da associação dos investidores sociais do Brasil, sejam eles institutos, fundações ou empresas. É referência no país no tema do Investimento Social Privado (Disponível em: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/>. Acesso em 20 ago. 2020).
- 3 Nesse depoimento, o entrevistado se refere aos efeitos da mudança no controle acionário da Empresa Antiga, que gerou mudança nas formas de gestão e de relacionamento, com a Comunidade.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. A. *Investimento Social: legado e aprendizagens de uma trajetória inovadora*. 1. ed. São Paulo: Editora, 2017.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BICE, S.; MOFFAT, K. Social licence to operate and impact assessment. *Impact Assessment and Project Appraisal*, Melbourne, v. 32, n. 4, p. 257-262, ago. 2014.
- BOULLOSA, R.; SCHOMMER, P. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social. In: ENCONTRO ANPAD, 32, 2008. Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. p. 1-16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2887.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.
- CANÇADO, A. *Fundamentos Teóricos da Gestão Social*. 2011. 246 p., Tese (Doutorado em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento) – Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2011.
- CANÇADO, A. C. *Gestão social: epistemologia de um paradigma*. 2. ed. Curitiba: [s.n.], 2015.
- CANÇADO, A.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Fundamentos teóricos da gestão social. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*, Canoinhas, v. 5, n. 1, p. 4-19, jan./jun. 2015.
- FERRETI, M.; BARROS, M.; SANTIAGO, G. (org.). *Censo GIFE 2018*. São Paulo, SP: GIFE, 2019.
- FRAGOSO, A. Investigando em rede no desenvolvimento local: um estudo de casos. In: Congresso Português de Sociologia, 5., 2004. Braga. *Anais eletrônicos...* Lisboa: APS, 2004. p. 13-19. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4616db1133464_1.pdf. Acesso em: 01 jun. 2018.
- FRANÇA FILHO, G. A via sustentável solidária no desenvolvimento. *O&S: Organização e Sociedade*, Salvador, [s.l.], v. 15, n. 45, p. 219-232, abr./jun. 2008.
- FROEHLICH, J. M. O “Local” na Atribuição de Sentido ao Desenvolvimento. *Revista paranaense de desenvolvimento*, Curitiba, n. 94 p. 87-96, mai./dez. 1998.
- GASDA, E. E. *Economia e bem comum: o cristianismo e uma ética da empresa no capitalismo*. São Paulo: Paulos, 2016.

GIFE – Grupo de institutos fundações e empresas. *Censo FIGE 2014*. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://gife.org.br/publicacoes/censo-gife-2014>. Acesso em: 7 set. 2017.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.

HEIDRICH, A. L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. Documento. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressssão Popular, 2009. p. 271-290.

HUDELSON, P. M. *Qualitative research for health programmes*. Genebra: WHA, 1994.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOFFAT, Kieren *et al.* Meaningful dialogue outcomes contribute to laying a foundation for social licence to operate. *Elsevier*, Newcastle, n. 53, p. 347-355, ago./ago. 2017.

MOFFAT, K. *et al.* Preconditions for social licence: The importance of information in initial engagement. *Elsevier*, Newcastle, v. 172, p. 1559-1566, 2018.

MOURA, J. P. Contrato de Comodato. *Revista Economias, Lisboa*, 2015. Disponível em: <https://www.economias.pt/contrato-de-comodato>. Acesso em: 11 jun. 2018.

OLIVEIRA, L. Y. Q.; BORGES, P. P. O direito à cidade e o desenvolvimento local como base para a humanização do espaço urbano. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 739-755, out./dez. 2018.

PERSEGUINI, Alayde. *Responsabilidade social*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. 168 p.

SANDOVAL, Salvador A. M. O modelo de análise da consciência política como contribuição para Psicologia política dos Movimentos Sociais. In: HUR, D. U.; JUNIOR, F. L. (org.). *Psicologia, Políticas e movimentos sociais*. Petrópolis: Vozes, 2016. 202 p.

SANTIAGO, A. L. F. *Licença social para Operar, relacionamento da empresa com a comunidade local: critérios de influência para concessão da LSO: um estudo de caso de mineração brasileira*. 2016. 336 p. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Universidade de Alicante/FEI, São Paulo, 2016.

SANTIAGO, A. L. *Licença social para operar e avaliação de impacto social: confiança e engajamento das comunidades anfitriãs*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SILVA FILHO, O. J. *Licença Social para Operar: importância dos elementos da gestão social nos projetos de Investimento Social Privado*. 2018. 127 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação, Centro Universitário Uma, Belo Horizonte, 2018.

SILVA FILHO, Osvaldo Júlio. *Entrevista VILACERDA, L.* Cidade, 2017. 1 arquivo. mp3 (60 min.).

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica*, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2015. 2015.

SÓLIO, Marlene. Responsabilidade Social e sustentabilidade no contexto do século XXI. *Revista ALCEU*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 176-192, 2013. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/artigo12_26.pdf. Acesso em: 25 ago. 2016.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Gestão Social: metodologia e casos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

THOMSON, Ian; BOUTILIER, Robert. La licencia Social Para Operar. In: DARLING, P. S. (org.) *M. E Manual de Ingeniería Minera*. Colorado: 2011. p. 1-42.

ZACCHI, J. M. et al. (org.). *Olhares sobre a atuação do investimento social privado no campo de negócios de impacto*. São Paulo: GIFE, 2018.